

EDITORIAL DE JULHO/2019:

**INOVAÇÃO PEDAGÓGICA: ESCOLA PÚBLICA &
INICIATIVAS PRIVADAS E MILITARIZAÇÃO DA
EDUCAÇÃO¹**

A formação de professores no Brasil organizou-se em torno de dois eixos principais: formação inicial e formação continuada. A primeira está a cargo das universidades, enquanto a segunda é gerida pelas redes (Federal, Estadual e Municipal), em colaboração com a gestão das unidades escolares, no caso do sistema público, e pela gestão de cada empresa, no caso do sistema particular.

A formação inicial é, em sua totalidade, feita exclusivamente por profissionais da educação, professores das universidades, nos cursos de licenciatura e os professores e gestores das escolas de Educação Básica nas quais são realizados os Estágios Obrigatórios, bem como os Projetos e Programas nos quais os estudantes de licenciatura podem participar, durante o processo de sua formação institucional. Portanto, ela está centrada especificamente na educação, cursos, projetos, programas, políticas públicas, etc., reguladas pelo Estado.

A formação Continuada é feita, em parte, por professores e pesquisadores da educação. Mas dela também participam outros profissionais, da área da saúde, das tecnologias, palestrantes ou teóricos convidados para atuar na formação continuada.

Além destes dois modelos formalizados de formação de professores, se podem assinalar mais três modalidades de formação profissional. Uma delas é a **Formação em Serviço**, que ocorre no próprio exercício da docência. Nela o profissional aprende e se modifica pelas diferentes experiências vivenciadas, de êxito ou de frustração, ao longo da carreira. Uma segunda modalidade é a **Auto Formação**. Ela ocorre por anseios ou até mesmo por insatisfações pessoais, o que motiva a professora ou o professor a buscar novas técnicas de trabalho, novas táticas e estratégias para lidar com a complexidade que é a sala de aula, novos recursos tecnológicos, em redes de professores, sites especializados, cursos de curta duração, etc. Tais iniciativas vão agregando valor e sabedoria ao exercício profissional. Há, ainda uma terceira modalidade, bem mais formal, talvez esteja mais para ser um modelo, como o são a Formação

¹ Conferência do Prof. Celso Kraemer na Terceira Jornada Do Ensino Médio Catarinense, UNOCHAPECÓ, dias 16 e 17 DE MAIO DE 2019.

Inicial e a Formação Continuada, do que uma modalidade, dado seu caráter formal, institucional e controlado por avaliações complexas. Trata-se da **pós-graduação, lato sensu** (as especializações), mais comuns entre docentes da Educação Básica, e **stricto sensu** (mestrado e doutorado) que, inicialmente estava mais restrito aos docentes das universidades, mas, com a multiplicação e interiorização de Programas de Pós-Graduação, cada vez mais próximos e acessíveis aos docentes da Educação Básica, são uma opção para muitas professoras e professores que atuam nos 4 segmentos da Educação Básica.

Temos, com isto, uma visão esquemática da formação de professores para e na Educação Básica no Brasil atualmente. Obviamente que este complexo conjunto de ações e possibilidades de formação varia muito de uma região do Brasil para outra, de um contexto para outro. Diferenças se acentuam também quando consideramos o todo do processo formativo entre o sistema público e o sistema privado.

Considerem-se, ainda, além destes dois sistemas (público e privado), mais dois sistemas: o Sistema Colégio Militar, composto pelas escolas do Exército e pelas escolas da Polícia Militar e um sistemas que está sendo gestado e implantado em algumas escolas, tornando-se conhecido e, em muitos casos, desejado pela população, que é um sistema misto entre o público e o militar. Neste modelo, o conteúdo de conhecimento das disciplinas científicas do currículo fica sob a gestão de profissionais da educação e a educação, entenda-se conduta, disciplinamento, ética, relacionamentos interpessoais e intersubjetivos do currículo, fica sob a responsabilidade de profissionais da polícia ou do exército. O Distrito Federal, neste ano de 2019 já implantou este modelo.

O assessor especial da Secretaria de Educação, Mauro Oliveira, explica que o atual governo fez a opção por esse modelo de gestão para melhorar o ensino, já que os professores não precisarão mais se dedicar a resolver problemas de indisciplina dos alunos, mas sim cuidar da parte pedagógica. (EBC Rádioagência Nacional)².

Chama a atenção o fato de considerar a “parte pedagógica” apenas os conteúdos científicos, excluindo da “parte pedagógica” todo o âmbito da formação humana, que passará ao encargo da Polícia, sem que em nenhum momento se tenha debatido com os estudiosos da educação o impacto da formação imposta por policiais na constituição humana das crianças e adolescentes.

² Disponível em: <http://radioagencianacional.ebc.com.br/educacao/audio/2019-02/quatro-escolas-do-df-comecam-hoje-projeto-piloto-de-parceria-com-policia> Acesso em 27/07/2019.

Em termos de formação profissional, considerando-se a formação em serviço, sobretudo participando de projetos ou experiências educacionais, este modelo híbrido, em parte acadêmico, em parte militar, deve causar impactos significativos na formação dos docentes que dele participam. Mas como se trata de um modelo novo, pouco se sabe sobre tais efeitos. Ainda é algo a ser conhecido pelas pesquisas futuras. O fato de a comunidade em geral e também os profissionais docentes, em um número significativo de casos, desejarem este modelo híbrido é um dado curioso e merece ser profundamente refletido por todos nós que fazermos a escola e, sobretudo por quem trabalha diretamente na formação de professores. O surgimento deste terceiro modelo, suas razões mais profundas, em termos de história da Universidade, história da Escola e história da sociedade brasileira, bem como as motivações contextuais de nosso momento singular (considerando-se os processos econômicos, tecnológicos, políticos, midiáticos, informacionais, éticos, tudo ocorrendo em termos locais, mas também em termos globais) merece aprofundamento em pesquisas. No caso citado, ele se inscreve na formação docente que ocorre em Serviço. Pesquisas específicas podem buscar compreender as razões históricas e contextuais da expressividade que o sistema colégio militar e o modelo híbrido (acadêmico-militar) vem ganhando neste momento da história do Brasil.

O que motivou a discussão, abrangendo os diferentes modelos da formação de professores, é algo que atua indiretamente sobre sua formação e que tem impacto sobre suas carreiras docentes. Obviamente há riscos, fragilidades e limitações, além dos aspectos polêmicos, ao tratar do tema em tão pouco tempo e em contexto tão complexo como é, neste momento, o ofício docente, sua preparação e seu desempenho. Trata-se da relação entre aspectos **políticos e ideológicos** e aspectos **pedagógicos e metodológicos** da formação docente. Pelo pouco tempo para desenvolver e complexidade da questão, o que segue tem mais o caráter de uma provocação do que a exposição sistemática da questão.

Atuo em cursos de licenciatura há 29 anos e atuo no stricto-sensu há 11 anos com formação de professoras e professores. Nos anos de 1980 vivi a escola como estudante, atuando politicamente nela, nos movimentos estudantis e vários outros movimentos sociais. Em 1991 iniciei minha carreira docente e vivo o contexto político no qual está envolto o processo escolar. Pode-se dizer que, dos anos de 1980 para cá os profissionais da educação se politicaram, tanto no que diz respeito aos aspectos políticos da educação, quanto no engajamento em partidos políticos, disputando eleições, organizando sindicatos, se posicionando em relação aos diversos temas do debate político e ideológico. Chamemos esta característica de político-ideológica.

No âmbito das teorias pedagógicas, igualmente os estudos e as discussões avançaram muito. Por três ou quatro décadas, a partir dos anos 60, o debate se desenvolveu entre pedagogia tradicional e pedagogias progressistas embaladas, sobretudo, por Paulo Freire. Nas últimas duas décadas, progressivamente, temas como uso de tecnologias virtuais, teorias da aprendizagem, metodologias ativas, etc., vem se juntar, modificando nuances dos debates sobre formação de professores e sobre educação.

Minha formação política e minha formação teórica na pedagogia me colocaram na esquerda política e no pensamento pedagógico de Paulo Freire. Sempre estive convicto de que trabalhar com Paulo Freire é uma saída para os desafios da educação. Continuo a trabalhar, na formação de professores, com a Pedagogia Dialógica e Problematizadora de Freire. Mas também tenho estudado muito sobre Metodologias Ativas, uso de tecnologias digitais na educação, formas híbridas, mesclando elementos e técnicas de EAD com elementos e técnicas presenciais. Este processo não tem me afastado da Pedagogia Dialógica e Problematizadora de Freire. Ao contrário, agregar novas metodologias e técnicas pedagógicas (Estudo por Problemas, Educação por Projetos, etc.) à Educação Problematizadora de Freire tem me ajudado a compreendê-la desenvolvê-la nos contextos contemporâneos de educação.

Mas quando observo os estudos acadêmicos em educação acerca destas diretrizes, percebo que as pessoas tendem a separar a Educação Pública, à qual se agrega o adjetivo de qualidade, e a inovação tecnológica em educação, feita pelo e para o mercado. Mas quando olhamos para a escola pública de qualidade, verificamos que ela tem muitos e muitos problemas, neste mundo contemporâneo. Ela não mais dá conta de qualificar o estudo dos conteúdos tradicionais, nem para o necessário desenvolvimento humano para o mundo contemporâneo ou o exercício profissional.

Sobre este contexto é que levanto uma hipótese polêmica. O progressivo desenvolvimento político ideológico na formação docente, em todo o espectro mencionados acima, não foi acompanhado por similar desenvolvimento pedagógico entre docentes da escola pública. Há, na educação, uma distância significativa entre os estudos teóricos das pedagogias e sua efetividade prática nas escolas e universidades. Parece que as disciplinas pedagógicas da formação inicial tem infinitamente menos impacto na formação docente do que as experiências vivenciadas na escola. Ser de “tal” tendência política e gostar de “tal” teoria pedagógica parece suficiente. Não exigimos de nos mesmos o domínio técnico específico e a eficácia metodológica na “tal” teoria pedagógica.

Minha hipótese (muito polêmica) é que o debate político ideológico tem encoberto importantes aspectos técnicos e científicos da formação de professores e de sua eficiência

pedagógica. Repetir características teóricas das pedagogias, nos trabalhos acadêmicos ou nos debates sobre educação, é muito diferente do que compreender as características epistemológicas para dar eficiência metodológica e conseguir mensurar a eficácia pedagógica de uma teoria. Tenho a impressão de que mesmo a avaliação de projetos e programas de educação acaba sendo permeada por questões de âmbito político ideológico, ao invés de se guiar por critérios propriamente pedagógicos.

Segundo esta hipótese, precisamos repensar a maneira como estabelecemos nossas relações entre os aspectos políticos e ideológicos e os aspectos pedagógicos e metodológicos na formação de professores, em todos os níveis, modelos e sistemas. Minha compreensão é que a maneira como ela está sendo feita por nós está prejudicando a escola pública. Neste caso, a simples defesa da escola pública, sem real inovação pedagógica, acaba encobrindo certa carência de qualidade.

Ressalto que as mudanças em educação são muito mais complexas, perpassam as condições de trabalho, as políticas públicas para educação, valorização dos profissionais, instalações escolares, equipamentos, etc. Mas no que concerne à formação docente, me parece que temos, no quesito inovação pedagógica na escola pública, um desafio importante e com impactos sobre a carreira docente.

Esta dificuldade em inovar pedagogicamente na educação pública, criando, implantando e desenvolvendo projetos de formação humana integral, pode estar gerando um vácuo para o avanço de dois setores que, até este momento, têm sido alvos de crítica: o avanço e progressiva ingerência na esfera estatal das fundações e dos institutos, mantidos por grupos privados, e a militarização da escola pública. Vejo dois desafios importantes. O primeiro é manter a lucidez sobre o sentido de educação pública, voltada para a formação humana integral, não permitindo que ela se reduza a aprendizagens voltadas para o mercado de trabalho e a produção econômica, o que redunda em uso privado, da economia, da escola pública. O segundo desafio é não reduzir a defesa da escola pública ao debate político ideológico, mas traduzir teoria pedagógica em ação, em inovação pedagógica, para que a educação feita na escola pública venha a ter qualidade neste mundo contemporâneo, coisa que ela, em sua maioria, ainda carece.

Celso Kraemer

Professor do PPGE da FURB